

PODERES DIFUSOS E POLÍTICA: IDEIAS, PENSADORES E PERSUASÃO

DOI: 10.5935/2177-6644.20170030

DIFFUSE POWERS: IDEAS,
THINKERS AND PERSUASION

PODERES DIFUSOS: IDEAS,
PENSADORES Y PERSUASIÓN

Alexandre Pierezan*

Resumo: Trata-se de um estudo no campo da História das Ideias Políticas, que aborda os embates entre o papado e o poder régio, tomando como referência central o tratado político *De Regia Potestate et Papali*, escrito por Johannes Quidort entre 1302 e 1303. Os juristas do rei auxiliaram na montagem, mas coube aos dominicanos a empresa teórica de defesa da monarquia e do Estado. Esse discurso encontra correspondência na realidade das práticas sociais, o que é comprovado pela atividade exercida pelos dominicanos na Universidade de Paris e da credibilidade junto aos súditos franceses.

Palavras-chave: História das ideias políticas. Europa. Estado.

Abstract: It is a study in the field of History of Political Ideas, which deals with the clashes between the papacy and royal power, taking as a central reference the political treatise *De Regia Potestate et Papali*, written by Johannes Quidort between 1302 and 1303. The jurists of the king assisted in the assembly, but it was the Dominicans who had the theoretical defense of the monarchy and the state. This discourse finds correspondence in the reality of social practices, as evidenced by the activity of Dominicans at the University of Paris and the credibility of French subjects.

Keywords: History of political ideas. Europe. State.

Resumen: Se trata de un estudio en el campo de la Historia de las Ideas Políticas, que aborda los embates entre el papado y el poderío, tomando como referencia central el tratado político *De Regia Potestate et Papali*, escrito por Johannes Quidort entre 1302 y 1303. Los juristas del rey ayudaron en el montaje, pero le tocó a los dominicos la empresa teórica de defensa de la monarquía y del Estado. Este discurso encuentra correspondencia en la realidad de las prácticas sociales, lo que es comprobado por la actividad ejercida por los dominicos en la Universidad de París y la credibilidad ante los súbditos franceses.

Palabras clave: Historia de las ideas políticas. Europa. Estado.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPNA. Graduando em Direito pela UNIESP, autor do livro “A perfeição do político” e organizador do livro “De campo a campus”. E-mail: apierezan@hotmail.com

Os princípios da política: cerimônia, encenação e tribuna

*Todo poder é uma enorme manifestação
simbólica, um imenso conjunto de
códigos, de condutas, de rituais.*

Herman Heller

A operação histórica, fundada na experiência do pesquisador no presente, permite selecionar, recortar e partir de pressupostos teóricos da atualidade. De maneira semelhante ao romance, mas com métodos e teorias que a distanciam da simples narrativa,

A história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos. Especular sobre a defasagem que sempre separa a experiência vivida da reflexão sobre a narrativa levaria, simplesmente, à constatação de que [...] para o historiador, são a descoberta de um limite (VEYNE, 2008, p. 11-12).

A Idade Média, vista deste prisma, deixa de ser um fato para se tornar um conceito historiográfico. O Medievo é, sobretudo, um lugar/tempo em que, de fato, as pessoas viveram. Observa-se, portanto, que o poder em vista do vivido reproduzia-se pautado num discurso político/ideológico entranhado no mundo simbólico e prático da época.

O simbolismo faz da política e do poder um território da esfera do religioso, permitindo reintegrar ideias do contexto a atitudes e cerimônias. A pregação didática, a integração religiosa e os rituais de confirmação representavam o poder do homem sobre a mulher, do abade sobre o monge e do papa sobre os demais prelados. As cerimônias eram carregadas de símbolos, ensaiados e encenados como meio e fim; encarados com seriedade e propósito de vida, como bem afirma Georges Duby,

Esse era realmente o voto do pai de família, inserir o conjunto de sua progenitura no tecido social, as filhas pelas bodas – ou, mais exatamente, pela maternidade legítima, já que uma mulher naquele

tempo não tinha utilidade nem verdadeira existência social enquanto não era mãe –, os machos pela sagração como cavaleiro, pela entrega das armas (DUBY, 1997, p. 42).

Reproduzia-se o modelo no qual se nascia e era batizado, ritual simples e local, que podia ser visualizado apenas como micro manifestação, mas levado a cabo em diferentes províncias, revelando a amplitude de um projeto de sociedade, projeto de civilização cujos mentores integram o corpo especializado da Igreja.

O projeto de civilização ocidental começou a ser forjado no tempo do Império Carolíngio. Suas premissas básicas foram instauradas pela junção entre os princípios cristãos e imperiais – herança do legado romano. Georges Duby não chegou a afirmar que havia um retrocesso na evolução, mas que depois do fracasso civilizacional carolíngio, a selvageria começou a impedir a paz entre os grupos e a convivência com a diferença. Somente muito mais tarde, por volta século XI, a Igreja voltou a dar continuidade ao projeto de civilização, havendo iniciativas expansionistas e manipulação mais detalhada da escrita e dos problemas sociais. Pelo fato de os monges deterem o monopólio da escrita (latim), almejavam também monopolizar o discurso que ordenava todas as esferas da comunidade cristã.

O poder ideológico não podia ser desvinculado da esfera do vivido, pois mesmo que houvesse manipulação e que a Igreja tivesse se beneficiado do terror e do medo, é inegável que foram severamente sentidos pelas populações da época. De fato, “o feudalismo medieval nasceu no seio de uma época infinitamente perturbada. Em certa medida, nasceu dessas mesmas perturbações” (BLOCH, 1998, p. 19).¹ A construção imaginária de um lugar em que as almas seriam punidas pelos pecados cometidos também podia ser pensada como abstração do universo cotidiano a que as populações estavam submetidas, vítimas de pilhagens, ataques repentinos, estupros coletivos etc. Restava, para os homens da Igreja, diante da proximidade com os problemas, buscar a paz por meio de recursos disponíveis à época: leis divinas e sagradas. Administrar a paz e, sobretudo, firmar a autoridade de guia da Cristandade, representava projetar-se perante o corpo

¹ Bloch se refere as últimas invasões, ocorridas entre os séculos IX e X, mais detidamente as que envolveram os húngaros e muçulmanos.

social e demonstrar um sentido a que todos deveriam perseguir no caminho da retidão cristã.

A reprodução dos símbolos cristãos representava a continuidade e, ao mesmo tempo, a produção de um sentido histórico aos que se ajoelhavam diante da imagem do Cristo crucificado. Revelavam “atuações” ou produções “teatrais” que visavam a fundar e perpetuar uma memória. O “espetáculo” litúrgico em que na santa ceia se come o corpo e se bebe o sangue de Cristo, elaborado com toda a pompa, inspirava o fiel à plenitude da fé, lembrando-o dos tempos antigos. A “antiguidade” do ato litúrgico era sempre lembrada: manifestação de poder que pertencia e era consagrado pela “nobreza” clerical, inspirada na organização senhorial, mas que pouco a pouco se constituía em poder puramente clerical. Isto pode ser constatado nas palavras de Johannes Quidort, para quem o sacerdócio “é o poder espiritual conferido por Cristo aos ministros da igreja para dispensarem os sacramentos aos fiéis” (QUIDORT, 1989, p. 48). Mesmo contrário ao argumento da “idade” do poder papal, o dominicano acabava por perpetuar o “espetáculo” litúrgico empreendido pelo corpo clerical, um poder que não desejava a divisão entre a Igreja e o Império, mas que propunha todo poder à Igreja. A ideia revela o sentido do conceito de monopólio do sagrado (BURNS, 1993, p. 3).

No surgimento do mosteiro de Cluny, nas primeiras décadas do século X, era pregado que o papa é o império e que o mundo era configurado como se fosse um grande mosteiro, verdadeiro controle ideológico de disseminação do medo e do pavor da morte sem a confissão. A reflexão de Georges Duby é elucidativa:

Mais do que a morte, nossos ancestrais temiam o Juízo Final, a punição do além e os suplícios do inferno [...] Nenhum deles duvida, então, de que haja, no Universo, uma parte invisível, incognoscível, e que entre ela e o mundo aqui embaixo a fronteira não seja intransponível (DUBY, 1998, p. 123-124).

Tratava-se de mundo desejado como sendo ordenado, com o tempo controlado e os que estivessem fora da ordem, estariam distantes da salvação. Isto significava que, no terreno da reflexão política, havia descompasso entre os pensadores políticos e os cânones da Igreja. Reforçava-se a crença de que um rei excepcional podia enfrentar e guiar a bom termo as questões relacionadas à política.

Ao sacerdote cabia mediar a relação entre o mundo dos vivos e o dos mortos. O sacerdócio seria encarado como um meio para se alcançar a salvação. A constante aproximação dos fiéis justificava-se pela manipulação ideológica de aspectos do vivido. Qualquer tempestade, doença crônica, sonho² etc. era interpretado como sinais do além, aviso para que os homens não esquecessem da fúria do poder divino, poder no qual se fez acreditar e que estava relegado à Igreja. Tudo havia se tornado sagrado e somente a Igreja sabia lidar com as explicações neste plano. Em suma, tudo havia sido transportado para a esfera das explicações sacerdotais, propiciando poder hegemônico ao discurso religioso dos clérigos.

No momento em que a Igreja tentava reduzir ao corpo clerical a autoridade da pregação, a pretensão não estava distante da lógica dos poderes existentes nas localidades e províncias. O poder hegemônico da Igreja decorria da estrutura e da hierarquia existente na sociedade medieval. O projeto de poder clerical caracterizava-se pelo esforço em estruturar hierarquia interna que pudesse impedir intervenções do plano secular nas decisões e eleições de papas e bispos. Só os pares poderiam eleger o representante da Cristandade. Assemelhava-se muito à estrutura política do antigo Império Romano que, do colégio de iguais, escolhia-se um que os representava.

O Sacro Império também elegia o Imperador através de seus pares (duques da Baviera, da Borgonha, etc.). O papa, em vista da relação de disputa pela hegemonia política e religiosa, também passava a ser eleito entre seus pares (os cardeais), que se reuniam para a eleição. Entre os séculos XIII e XIV, o rei, ao contrário, era eleito diretamente através do aspecto dinástico, legitimado por herança hereditária pautada no sangue – sem ser, obviamente, uma regra. A diferença, aliada a tradições imemoriais, acabava por instaurar uma querela entre as diferentes forças, o que, convencionalmente, denominava-se de “gênese do Estado Moderno”, sensivelmente mais precoce do que se costumava afirmar, “tendo começado no limiar do século XIII” (DUBY, 1992, p. 279).³

² Hoje, as diferentes explicações sobre os sonhos e doenças dão vazão à crença contemporânea que se tem na ciência.

³ Conforme argumentação de Georges Duby, “situa-se geralmente a gênese do Estado moderno entre 1280 e 1360. Quero crer que essa gestação foi mais precoce, tendo começado no limiar do século XIII. Já à morte de Filipe Augusto, de fato, vejo reunidas todas as peças de um sistema político cuja existência prolongou-se na França até o fim do Antigo Regime, até que os revolucionários se empenhassem em demolir o que designavam por esta palavra que ainda nos persegue: feudalismo”.

Os três poderes entravam em choque à medida que o poder da escrita deixava de ser um monopólio restrito aos clérigos. Apesar de muitos deles, como é o caso de Johannes Quidort, construírem teorias legitimando o predomínio temporal nas coisas que diziam respeito ao governo *das gentes*, havia um significativo reforço ao plano simbólico do poder religioso, pois

Somente é rei aquele que domina sozinho, como diz o Senhor através de Ez 34,23: “Meu servo Davi será rei sobre todos e seu único pastor”. Tal governo é derivado do direito natural e do direito das gentes. Como o homem é um animal político ou civil, segundo diz Aristóteles (Política, l. 1, c. 2; 1235a; cf. Ética Eud.; 1242as) - o que se manifesta, segundo o Filósofo, pela alimentação, vestuário e defesa, nos quais o indivíduo sozinho não é suficiente a si mesmo, e também pela fala, algo que só o homem possui, e que se dirige a um outro - é necessária ao homem a vida em multidão, e em tal multidão que lhe seja suficiente à existência, o que não é o caso da comunidade doméstica ou da aldeia, mas só da cidade ou do reino [...]. Em vista disto diz Salomão (Pr 11,14): “Onde não há governante, dissipa-se o povo”. Esta unidade de governo é, pois, necessária, visto que o próprio não é igual ao comum: segundo o que é próprio, diferenciam-se os homens entre si, segundo o comum, unem-se. As coisas, porém, que são diferentes, possuem também causas diferentes, pelo que é necessário que, além das forças que movem para o bem próprio de cada um, haja também algo que mova ao bem comum de muitos (QUIDORT, 1989, p. 44-45).

A escrita não permanecia restrita à Igreja. O uso e manipulação dos textos antigos também não permaneciam como privilégio dela, visto que o poder real também buscava a legitimidade nos argumentos bíblicos e nos textos selecionados, como é o caso de Aristóteles. Decretos e bulas papais, instrumentos utilizados com frequência, revelavam a estrutura de poder das diferentes esferas, pois a escrita ainda era tida como um tesouro. Escrever e contar a história da linhagem de um príncipe representava, no todo, riqueza e poder, forma de perpetuar a linhagem. Tanto a Igreja quanto o Império e a monarquia usavam estes recursos. O que estava em jogo era, justamente, o caráter verdadeiro de sua condição, privilégio para ditar e criar valores.

A organização burocrática da Igreja já se encontrava plenamente aperfeiçoada, à medida que as *bulas* e *decretos* papais buscavam sanar problemas de insubmissão de fiéis, tanto monarcas quanto imperadores. Na *Unam sanctam*, de Bonifácio VIII, o sumo pontífice buscava retaliar a ousadia do rei francês em

tentar contestar a autoridade papal, revelando o intrigado conflito entre os poderes:

E aprendemos das palavras do Evangelho que nesta Igreja e em seu poder estão duas espadas: uma espiritual e a outra temporal. Com efeito, dizendo os Apóstolos, “eis aqui dois gládios” [...], o Senhor não respondeu são demais, mas “bastam”. Decerto, aquele que nega que o gládio temporal está em poder de Pedro, entende mal a palavra do Senhor, que diz: “Mete a tua espada na bainha”. O gládio espiritual e o material, estão ambos em poder da Igreja, mas aquele deve ser manejado pela Igreja e pelo sacerdote (BONIFÁCIO VIII In SOUZA, 1997, p. 202).

O conflito entre as esferas temporais e espirituais revelava o aparato ideológico a que se dispuseram ambas as partes em atrito. De um lado, príncipes e imperadores recorrendo aos seus ínfimos documentos de chancelaria régia, na tentativa de apregoá-los e torná-los acessíveis aos súditos, informando-os das atrocidades cometidas pelo papa e justificando o poder temporal. São oportunas as palavras do Imperador Frederico II, que não menosprezava e nem tampouco ignorava o papel relevante dos ministros eclesiásticos e, mais detidamente, do papa, mas sim usava de um tom provocador ao se referir, em pé de igualdade, ao Sumo Pontífice:

No princípio do mundo nascente, a provisora e inefável Providência divina [...] estabeleceu no firmamento duas luminárias, uma maior e a outra menor. A maior para governar os dias, a menor para presidir as noites. Ambas deviam completar-se mutuamente, mas cada uma delas tinha de proceder de tal modo no cumprimento de sua função que não atrapalhasse a outra [...]. Semelhante, a Providência também quis que neste mundo houvesse dois governos, o sacerdotal e o imperial, para que o homem, que tinha sido dividido em dois componentes, fosse moderado por dois governos (FREDERICO II *apud* SOUZA, 1997, p. 139).

Para as esferas do político e do poder, as relações sociais demonstravam-se voltadas aos símbolos divulgados pela Igreja. Não havia possibilidade de se pensar Estados autônomos decidindo as políticas e sendo indiferentes à Igreja. Não se podia pensar numa dicotomia público-espectador e atores. A peça da vida era encenada em conjunto, pois a movimentação no interior do espetáculo do poder só era possível graças à simbiose entre as diferentes esferas de poder, cada qual à sua

maneira, legitimando os símbolos emplacados pela Igreja como sagrados. Diante disto, a relação tornava-se mais próxima e menos maniqueísta, ao passo que a crença via-se pertencente à lógica do universo, inseparável das transformações que acometiam os homens e seu mundo.

O ritual e o simbólico perpetuado revelavam traços de quem realmente viveu a experiência do ritual. Receber o sacramento, quase uma sagração, como sacerdote ou padre/bispo, fazia da representação uma crença para os parentes e fiéis, que congregavam e recebiam parte das honrarias pelo feito conquistado. De fato, acreditavam e creditavam importância ao sacramento para o bem comum da humanidade, por isto participavam dele e o legitimavam. É a continuidade, a manutenção da ordem e a confirmação de que o além ainda continuava interagindo com o mundo dos mortais, uma manipulação refinada, mas que, integrada ao jogo ou teia de relações sociais, minimizava a relação simplificada e dicotômica de manipulador e manipulado, pois conjugava, não obstante as diferenças sociais, com a crença comum - apesar das diferenças sociais. A manipulação pura e simples ficava restrita ao uso que se fazia das informações, voltadas a fazer crer ainda mais e a se submeter aos desígnios ditos divinos. Forma de sujeição, mas, também, de negação, que atingia tanto os que requeriam para os pares o argumento e título de sagrado, quanto aqueles para os quais o sagrado podia estar relacionado ao toque do rei e às palavras pronunciadas pelo bispo ou ainda às relíquias de um santo mitificado pelos fiéis. Era nesta teia de relações sociais que se inseria o conjunto ideológico da Cristandade europeia, entendida como corpo político, cujo poder se transferia e se reproduzia a partir das esferas temporais e espirituais.

O texto e o contexto: a percepção e recepção do poder político

A época do rei Filipe, o Belo,⁴ pode ser considerada uma época de transformações no pensamento, nas estruturas políticas e econômicas (HEERS, 1981, p. 49)⁵ principalmente por ter sido um período que reunia forças que abalaram as instituições

⁴ Filipe, o Belo, nasceu em Fontainebleu, em 1268, tendo seu reinado se estendido de 1285 à 1314.

⁵ O surgimento de novas técnicas de plantio, a utilização de ferramentas mais adequadas à lida do solo, o uso do ferro e demais tecnologias não foram implementadas de igual modo em todas as regiões da Europa Feudal. Na verdade, em várias regiões da França, no início do século XIV, observa-se que até mesmo as Igrejas, em locais, haviam desaparecido. Revela, sobretudo, um encolhimento em vez de expansão generalizada.

que insistiam em sustentar a ideia de governo universal (BERTOLLONI , 2006, p. 52).⁶ Questões essenciais sobre os rumos da Cristandade ocupavam papas – o exemplo mais notório foi Bonifácio VIII e a bula *Unam sanctam* – e pensadores do nível de um Egídio Romano, Johannes Quidort e outros clérigos. Estes pensadores deixaram marcas na trajetória religiosa e delimitaram os terrenos ocupados pelas esferas espiritual e temporal. Dos embates, foi possível perceber que os primeiros sinais do novo esteio estatal, que estava para ser fincado nas terras ocidentais e que seria o pilar para equilibrar as forças políticas, era a ideia de poder soberano do rei (QUIDORT, 1989, p. 47).⁷

Ao longo da Idade Média, o papado manteve relação conturbada com príncipes e imperadores germânicos. O período entre o século X até meados do século XIV, extenso, diverso e difuso, gerou conflitos pela hegemonia política da Cristandade. O equilíbrio político, às vezes, era conquistado com acordos que deixavam o papado à margem das decisões. Foi o caso da aliança com Alberto de Habsburgo, em que Lião e Vivers reconheceram a suserania de Filipe, o Belo. O papa Bonifácio VIII ficou atemorizado com a aliança, mas nada pôde fazer para evitar o avanço do poder monárquico francês.

Durante quatro séculos, as divergências políticas propiciaram colorido todo especial, não permitindo que o historiador recrudescesse em tentativas de congelar o tempo, promovendo análises lineares e factuais, permitindo que 400 anos contextuais coubessem numa análise textual delimitada.

As controvérsias entre Papado, Império e Monarquia podem ser margeadas por instável cronologia que se estende da morte de Gregório VII (DEL ROYO, 1997)⁸ no exílio, até a ocupação do considerado “antipapa” Clemente III. As reformulações do modelo pontifical foram significativas, com o intuito de erigir uma Igreja na qual as possibilidades burocráticas a aproximassem, em muito, do antigo sonho de um império universal. Assiste-se, neste período, à emergência da chamada “monarquia pontifícia”, cuja maior força da Igreja deveria residir na figura do Papa. Em muitos aspectos, a Igreja incorporava e se modificava conforme os obstáculos que encontrava, elementos

⁶ Conforme o autor, a disputa entre os poderes decorre de uma situação histórica, pois o problema social é revelado com a massiva aparição de textos filosóficos, principalmente na universidade, pois os pensadores passaram a recorrer às explicações filosóficas para formularem verdadeiros tratados políticos.

⁷ Johannes Quidort várias vezes menciona o poder régio responsável pelo governo dos homens. Desse modo, “pertenceria necessariamente ao ofício do rei terreno orientar os homens para ele, pois chamamos de rei àquele à quem foi confiado o cuidado supremo do governo nas coisas humanas”.

⁸ O termo “Papa”, de origem grega, significa pai. Era usado originariamente por todos os clérigos e que, com o correr do tempo, tornou-se uma titulação restrita aos bispos. No final do século V referia-se ao bispo de Roma, somente no âmbito da Igreja Ocidental. Só muito mais tarde, com Gregório VII (1073-1085), que, por decreto, o termo papa passou a ser restrito, somente, ao bispo romano e a ninguém mais.

arcaizantes e/ou modernos. A institucionalização da Igreja lhe garantia menos mobilidade, entravada pela crescente legalização e burocratização, mas, em contrapartida, ampliava os meios para externar e exportar leis universalizantes para as demais esferas de poder circundantes.

Sabe-se dos esforços de Filipe, o Belo, para ordenar as finanças, a justiça e a administração do reino francês (BARBEY, 1992, p. 266).⁹ Ele herdou toda uma tradição, cujo sentimento de linhagem o compelia a ampliar os domínios recebidos do pai. Buscou aliar-se aos novos donos do poder na época, os burgueses, que já estavam ocupando espaços decisivos na organização social e política das paróquias, uma vez que interferiam até mesmo nas questões de segurança (HEERS, 1981).

Uma das principais medidas de Filipe, o Belo, foi ampliar as áreas de atuação da burguesia e impedir os abusos da nobreza, já que, para sustentar exército regular e controlar as fronteiras, precisava subjugar a nobreza. Para fortalecer as estruturas burocráticas, ele se baseou no direito romano, mas o fez convocando para o conselho real doutores e homens conhecedores das leis e defensores dos valores da justiça romana. Pierre Flot e Guilherme de Noagaret teriam sido os principais lecionistas a ocuparem o cargo, com o claro objetivo de encontrar meios para legitimar a autoridade e o poder na figura central do rei francês. Enquanto setores sociais da burguesia e responsáveis pela circulação de mercadorias ansiavam por regulamentos mais diretos para as transações comerciais, o príncipe francês forneceu os meios para regular as taxas, cobranças de impostos e os limites da fronteira, mas impôs, ao mesmo tempo, a centralização política em torno da pessoa do rei.

A relação de proximidade parece ter sido um aspecto importante que definiu a relação da realeza com a imensa maioria dos súditos. A “proximidade” era demonstrada, primeiramente, pelo clérigo, sempre pronto a conduzir os fiéis como um pastor que guia e vive em função das ovelhas. Marc Bloch relaciona este conceito ao rei, ao caracterizar os reis taumaturgos. No reino francês, o rei era apresentado por meio de atributos mágicos, o que Marc Bloch chamou de *Royauté merveilleuse*. Imperava um sentimento que unia os interesses populares em torno da construção da imagem de um rei próximo e

⁹ “Non sans paradoxe peut-être, car, depuis la fin du XIIIe siècle, l'appareil administratif a largement intégré dans ses membres, les élites urbaines ou du moins certaines d'entre elles. En effet, les affaires publiques exigent du personnel de plus en plus spécialisé; clergé et petite ou moyenne noblesse y suffissent un temps. [...] Ces éléments bourgeois, dont l'importance sociale vient de l'étude et de la pratique du droit, s'éloignent ainsi du traditionnel champ d'action économique et urbain en se rangeant pour de longs siècles au service du roi où ils vont constituer la 'robe'”.

voltado às questões de seus fiéis súditos. Obviamente, não se pode descartar a intensa propaganda empreendida por escritores políticos e empresas militares que levavam o símbolo da realeza. Houve esforços para que clérigos fornecessem elementos para transformar a monarquia em conceito místico. O objetivo era tornar os que se sentavam no trono em objeto de reverência mística, principalmente na França, já que entre os ingleses o rei era visto como a cabeça em função do corpo.

No fim do século XIII, as monarquias se apossaram dos mesmos recursos institucionais e ideológicos utilizados pela Igreja durante boa parte da Idade Média para instalar novo modelo de governante, cada vez menos dependente das intervenções universais. A hierocracia promovia a ideia de uma Igreja soberana e universal. Os argumentos se assemelhavam, mas os defensores teóricos do poder monárquico impuseram sentido de poder régio menos ecumênica e mais preocupada com problemas concretos.

Havia, no tempo do rei Filipe, O Belo, grande número de súditos, que viviam e dependiam do trabalho com a terra. Do século XI até o final do século XIII, período de renascimento de cidades e do sentimento de urbanidade, aproximadamente 95% da população europeia permanecia nos campos. Números esses que precisam um detalhamento melhor, pois mascaram uma dura realidade em que há um movimento de expansão da monarquia (CHAUNNU, 1978, p. 42-43)¹⁰ e um encolhimento da institucionalidade da Igreja e do Império. O maior exemplo identificado vem de Frederico Barbaruiva (1150-1200) (BATISTA NETO, 1989, p. 160), que tentou atribuir caráter de santidade ao seu Estado, chamando-o de Sacro Império (PACAUT, 1969, p.

¹⁰ Conforme Chaunnu, exagerou-se, desde as famosas teses de Henri Pirenne, separar, em demasia, os contatos entre muçulmanos e cristãos. “A ruptura não foi total, mas foi profunda”, dizia Chaunnu (p. 42-43). Sobretudo, o autor considera o século XIII um período em que ocorre uma mudança no pensamento Ocidental que levará a expansão européia, um processo lento que promove a ruptura do isolamento, que Chaunnu denomina de “processo irreversível e auto-alimentado” (p.36). “O crescimento humano espacial, os progressos técnicos, a alteração quantitativa populacional, que resume e condiciona tudo, foram maiores do século X ao século XIII que em nenhuma outra ocasião. Ora, o que conta é menos o nível atingido que a orientação e o ritmo de crescimento” (p. 44). “... assistimos, no decorrer do longo e frutuoso século XIII, à criação dos instrumentos da exploração e da conquista: em resumo, o navio, para exploração do mundo, a bússola e a maneira de servir-se dela, os instrumentos vacilantes de um capitalismo nascente. Não obstante, fora do largo e fecundo remontar das costas atlânticas da Espanha, de Portugal, da França e dos Países-Baixos pela navegação mediterrânea das cidades italianas, esta primeira época é de fracassos. Fracasso dos irmãos Vivaldi (1291), fracasso em Gênova, fracasso na Catalunha, de Jaume Ferrer (1346 que transpôs, sem jamais retornar, o Cabo Bojador” (p. 48). Quando o autor focaliza a questão puramente econômica, indaga se, de fato, a pergunta realizada sobre a suposta recessão econômica visualizada no século XIII é pertinente: “A economia européia do século XIII teve dificuldades em satisfazer suas necessidades incessantemente crescentes de metal monetário. Mas foi no século XIV que se produziu a ruptura. Queda da produção, ou aumento das necessidades” (p. 87). Boa pergunta, cuja resposta, em muitos casos, dependerá do fim a que se destina a informação.

258).¹¹ Essa demonstração de força apenas traduziu a progressiva afirmação das monarquias frente as já abaladas pretensões universalizantes da Igreja e do Sacro Império.

Os súditos e fiéis, apesar da expansão das cidades, continuavam na dependência da terra em grau muito maior do que os antigos *domínios* de fins da Antiguidade Romana. O caráter missionário dos antigos cristãos foi retomado nestes territórios por homens vinculados à Igreja, que possuíam o claro interesse de exaltar o cristão dos primeiros tempos: fiel ao seu senhor e desprendido dos bens materiais. Para o camponês, isolado de qualquer explicação teológica e/ou filosófica, o mundo era percebido e sentido através das imagens apreendidas da pregação do pároco ou de uma festa religiosa. O conhecimento e as explicações sobre o mundo em que viviam partiam de visão eminentemente religiosa, munida por experiências do dia-a-dia. Como a escrita era um luxo, tinha-se boa memória, pois o homem medieval ocupava a mente somente com o que podia armazenar na memória, o que não significava uma bagagem intelectual reduzida, pois ele era capaz de se orientar pelas estrelas, possuía calendário que ia de festa em festa, de santo em santo, criando imagem do mundo repleta de símbolos que, ao mesmo tempo, o confortavam e o faziam curvar os ombros pelo fardo do pecado original.

Durante o século XIII, as relações se estreitaram ainda mais. As mudanças foram sentidas pelo crescimento de inúmeras possibilidades de exploração: “por volta de 1300, o próprio patrão dirigia a exploração da maior parte destes domínios, pelo menos enquanto residia na terra e podia vigiá-la constantemente, mantinha a criadagem debaixo de olho, ou contava com mandatários fiéis” (DUBY, 1962, p. 131). Essas pequenas alterações no mundo do vivido exigem que a forma de governo também sinta e atenda as novas necessidades. A monarquia, nessa lógica, encontrava-se mais próxima dos problemas vivenciados pela comunidade.

Construir a imagem de um mundo mítico significava desfiar a costura social e ambicionar, através dos mesmos fios, tecer nova roupagem. Os monges e clérigos,

¹¹ O documento, escrito em 1231, por Henrique, imperador do Sacro Império Romano Germânico, demonstra bem a preocupação do imperador em vista dos privilégios crescentes dos reis, escrevendo, portanto, para restringir o poder de atuação dos reis de um modo geral. Um documento importante e que demonstra como o poder monárquico estava ocupando um espaço destacado em relação ao decadente poder universalizante do Império e da Igreja, e por isso o Imperador decreta a inviolabilidade da sua autoridade. Confrontado com demais documentos produzidos no século XIII, torna-se possível identificar o encolhimento das ideias hierocráticas - universalizantes - e expansão do sentimento local das monarquias, que passam a incorporar os argumentos hierocráticos para a idealização da imagem do rei soberano em seu reino.

respeitando as devidas proporções, desfiaram a “roupa velha” e “costuraram” os trapos dos pobres camponeses descalços. Vestimenta simples, grosseira, mas sempre de rigorosa decência.

O espaço em que eram construídos os símbolos era delimitado pela família, nascente ainda, mas contemplativa e isolada. Em época de calor, crianças correm nuas e o deitar do sol fazia aparecer a luz de velas de sebo ao solitário mundo do camponês.

Quando se trata do fortalecimento ideológico e institucional da Igreja, a leitura de documentos das chancelarias papais e régias representam a parte dos produtores de sentido, mas a recepção também espreguiça uma lógica de mundo querendo despertar para a “verdade”. São os segredos da natureza, explicados por alguém dotado de qualidades inigualáveis para o mundo que o cerca. Resistências, contestações, subversões, mas sempre muito honrosas. A seriedade do camponês é considerada por quem almeja edificar os pilares da *cidade terrena*, sabendo que apenas a *cidade eterna* – nas palavras de Santo Agostinho – justifica a busca infinita da vida finita. De mais a mais, a “rusticidade”, se é que se pode qualificar a designação da cidade (LE GOFF, 1998)¹² em relação ao campo, atravessa, sobretudo, o nível de vida dos príncipes ocidentais, principalmente ao se comparar o estilo de vida dos nobres ocidentais às casas dos nobres bizantinos, egípcios e persas do mesmo período. A terra de onde vinham as especiarias, a seda e os tapetes, propiciavam uma imagem tomada por fábulas e, principalmente, um quê de admiração e de inveja por parte dos homens ocidentais (LEMERLE, 1991, p. 42).

Ao homem comum, que vivia no tempo do rei Filipe, o Belo, as controvérsias que alimentavam os debates entre a Igreja, o império e a monarquia chegavam por meio de lições práticas: aumento das taxas pela venda de vinhos, cereais e queijos; aumento na execução das cobranças do dízimo; diminuição da distribuição das rações aos pobres (MOLLAT, 1989); enfim, os súditos e fiéis sentiam na pele as rixas por mais espaço de atuação política. É certo que estas controvérsias enriqueceram a Igreja de material humano e experiências para comportar variações diversas. Mesmo usando o poder da palavra – pelo fato de a espada ser reservada aos nobres ligados ao tempo e porque os clérigos guerreavam de outra forma – o modelo de intervenção cristã transformou o aparelho ideológico da Igreja em exemplo bem sucedido de propagação da fé cristã

¹² Para o autor, “a Idade Média opõe a cidade, lugar de civilização, ao campo, lugar rusticidade. E, num mesmo movimento, afirma sua altivez num desejo de construir em direção ao céu, uma verticalidade expressa pelas torres medievais”. O orgulho urbano, lugar dos especialistas em comerciar, dos intelectuais e dos artistas, é feito da cidade imaginada e sonhada e da cidade real em que viviam.

(OLDENBOURG, 1968).¹³ Através de um veículo eficaz de propagação ideológica - as pregações - a Igreja construiu as bases para reforçar e institucionalizar a fé cristã. Jacques Le Goff já apontava para o uso dos *exempla* como breve recurso à narrativa (LE GOFF, 1995, p. 13), momento em que havia a produção de uma norma para a pregação, incrementada, sempre, de realidades da própria localidade. Do geral ao particular, a Igreja imperava através da elaboração de ideais comuns à Cristandade, mesmo que eles precisassem de adaptação, de gestos e da entonação da voz de alguém próximo à comunidade de fiéis - no caso, o clérigo que vivia na paróquia. Foram eles que iniciaram a busca pela representação do poder local na figura do príncipe, sempre próximo e pronto a trazer benefícios aos clérigos lotados na Universidade de Paris. As formas de leitura e a aplicação do direito e a vinculação que tiveram com o cristão da época muitas vezes passavam a falsa ideia de que havia imposição pura e simples de uma ideologia e de que os povos apenas aceitavam as determinações. O predomínio da Igreja sobre o discurso da Criação, do pensamento e até mesmo sobre as diversões dos fiéis, atendeu aos anseios sociais e culturais dos povos que buscavam na festa, a adoração dos santos e do Deus uno e indivisível. O rei também participava dos festins, pois reunia atributos de sacerdote e de guerreiro, ministrando o ofício régio de modo semelhante ao que fazia o clérigo, que ministrava os ofícios da celebração da eucaristia.

As ideias da separação das esferas espiritual e temporal estavam respaldadas em bases materiais relacionadas à política externa. A força da realeza francesa foi demonstrada inúmeras vezes,¹⁴ o que permitiu ao exército, iniciativas vitoriosas, propiciando à realeza a liderança da política europeia mesmo antes de Filipe, o Belo. Em razão das vantagens políticas e militares, os reis franceses chegaram muito perto de se tornarem reis da Inglaterra. O fato ocorreu à época de João Sem Terra, que sofria a rejeição dos barões ingleses, que recorreram ao filho de Filipe Augusto,¹⁵ da França, para oferecer a coroa inglesa. A euforia, contudo, tem fim com a morte de João Sem Terra,

¹³ Vale lembrar dos exemplos citados, manipulados e estimulados na pregação realizada por Urbano II, momento em que proclamava, a todos os cristãos, a “peregrinação armada”, no Concílio de Clermont, em novembro de 1095. É certo, entretanto, que as “peregrinações” já integravam a realidade dos fiéis, contudo o inimigo da Cristandade ainda não possuía uma identidade específica, pois variava de situação para situação - por exemplo, em casos extremos os judeus, em dada localidade, poderiam ser acusados dos males sofridos pela população etc.

¹⁴ A realeza francesa derrota, por exemplo, a coalisão formada em Bouvines, assegurando a coroa a Frederico II.

¹⁵ Luís VIII, o Leão, que reinou a França de 1223 a 1226. Na verdade este rei entrou em conflito com João Sem Terra e o venceu em 1214, acabando por persegui-lo nos territórios ingleses. Quando foi sagrado rei, tomou dos ingleses os territórios do Poitou, Saintonge, Limousin e parte do Bordelais. Participou, também, da cruzada contra os albigenses, subjugando o Languedoc.

em 1216, fato que fez renascer o sentimento de união dinástica entre os ingleses e que pôs fim às pretensões francesas. Disto é possível perceber um movimento de união (PACAUT, 1969, p. 258)¹⁶ local em praticamente todas as monarquias europeias, sensivelmente conduzidas, por certo, pelo exemplo francês.

Os Estados mais poderosos, França e Inglaterra, teciam as redes legais em que se apoiavam as políticas de expansão de ambas as monarquias. A política internacional, mais especificamente a francesa, foi impiedosa com monarquias mais fragilizadas, como o caso da Escócia e de Flandres. Um germe da diplomacia nascia das investidas políticas e econômicas: uma diplomacia que tinha como objetivo causar o recuo do inimigo antes mesmo de enfrentá-lo no campo de batalha, ação que significava economia para os cofres franceses (LECLERCQ, 1942, p. 17).¹⁷

Os enfrentamentos entre Filipe, o Belo, e os demais reinos da Europa, foram respostas aos interesses universais do império e do papado. A busca pela expansão dos limites territoriais e o intuito de aumentar as rendas reais fizeram com que o rei francês buscasse as alianças senhoriais e montasse exército regular, determinado a seguir suas ordens.

São sabidas as pretensões do papa Bonifácio VIII em manter a autoridade sobre todas as esferas de poder. Seu pontificado foi marcado por inúmeros enfrentamentos com o poder temporal. As intenções expansionistas dele entravam em conflito com os interesses dos nascentes poderes centralizadores das monarquias. Filipe, o Belo, ainda que um bom cristão que lutara contra a heresia e chegara até mesmo a usar cilício, jamais admitiu intervenções pontificiais em seu reinado.

Por causa da realidade política e imaginária da época foi que os poderes espiritual e temporal entraram em disputa. Antigos aliados, o papa Bonifácio VIII e o rei Filipe, o Belo, passaram a se desentender em 1296, quando o rei francês começou a impor e a expandir o poder e a autoridade régia para além dos limites do antigo reino franco. O desentendimento se inicia quando o papa se recusa a aceitar a taxaço do clero francês, imposta por Filipe, o Belo. De acordo com os interesses do rei, o clero francês deveria ajudar nas pesadas despesas de guerra que o reino vinha tendo na guerra contra os ingleses. Ao contrário do que era imaginado, o Papa também tinha interesses em

¹⁶ “ l'idée d'unité aboutit à renforcer le pouvoir royal. Au dogme de l'Église, ils opposent le droit du roi”.

¹⁷ Mesmo que Filipe, o Belo, tenha sofrido influência de seus conselheiros, mesmo assim privilegia juristas que fazem da diplomacia um instrumento para impor a autoridade do reino francês. Na verdade, seus conselheiros são legistas, diplomatas, financistas e juristas.

expansão, pois almejava tornar-se o único e verdadeiro soberano dos dois gládios. Por esta razão, os interesses de expansão do reino francês entraram em conflito com os interesses do papa que, naquele momento, queria reconquistar a Sicília para o domínio papal. A disputa provocou a excomunhão do rei francês e, por extensão, gerou uma série de disputas políticas que levaram à supressão, mais tarde, dos Templários e da mudança física da sede do papado para Avignon, na França.

A assimilação de conteúdo secular aos interesses da Igreja ocorreu, principalmente, em fins do século XIII e princípio do século XIV. Ao defender a ideia do corpo místico assumido pela Igreja, Ernst Kantorowicz (1998) observou um aspecto que facilitava a compreensão da incorporação de conteúdo secular, indicando que a Igreja propunha uma “entrada no mundo”. Mais destacadamente, a bula *Unam sanctam*, de 1302, representa este desejo, já que revela a doutrina corporativista da Igreja, razão pela qual o rei francês se demonstrava cada vez mais autossuficiente em relação à Igreja. A reação do papado advém, justamente, da crescente ameaça vinda das autoridades políticas seculares. A monarquia francesa decidiu atuar em atividades políticas, econômicas e militares para gerar maior credibilidade na aplicação de leis e impostos. A partir destas medidas, a Igreja seguiu o mesmo caminho, principalmente ao incorporar o mesmo caráter funcional dos poderes seculares. A grande novidade apareceu com a denominação “comunidade mundial”, amplamente vulgarizada por Bonifácio VIII.

Para demonstrar a maneira como o reinado de Filipe, o Belo, atuou em diferentes setores da sociedade, é preciso identificar a política interna adotada, principalmente com relação ao avanço econômico das finanças. A moeda mais forte da Europa no contexto, era, seguramente, a francesa, mesmo que o rei tivesse alterado inúmeras vezes o seu valor. O setor financeiro foi considerado o mais fraco, já que as possibilidades de intervenção econômica ainda dependiam da diminuição do poder da nobreza das províncias. Uma das medidas tomadas pelo rei para causar impacto à nobreza ociosa e pouco rentável aos cofres reais foi acabar com a servidão nos domínios reais, servindo de exemplo para as pouco rentáveis propriedades da época. Surge o lento processo de ascensão do capitalismo, mudando-se a relação servil do camponês para o contrato de trabalho. Conforme o historiador José Afonso de Moraes Bueno Passos,

Usa de qualquer meio para atingir seus fins, manejando também o apoio de seus súditos em seu favor. Mas, é homem de oração, sente interesse pelos pobres. Faz desaparecer a servidão no domínio real – “attendu que

toute créature humaine Qui est formée à l'image de Notre Seigneur doit généralement être franche par droit naturel". Inspirava aos que o cercavam respeito reverencial e usava de duplo meio de intimidação, silêncio e a fixidez do olhar (PASSOS, 1973, p. 53-54).

Sempre às portas do colapso econômico, o rei francês fez valer o pouco poder soberano de que dispunha para limitar o uso de joias em ouro por parte da nobreza. Tentou controlar a cunhagem de moedas que, até então, era comandada por nobres, prelados, cidades e até mesmo por mosteiros. Algumas revoltas populares ocorreram, principalmente quando o soberano autorizava a cunhagem de novas moedas, antes mesmo de retirar de circulação as existentes (PASSOS, 1973, p. 55). A desvalorização empobrecia as classes mais baixas da sociedade, o que, em muitos casos, favorecia a alta nobreza. A cunhagem de moedas nas mãos só do poder real centralizava aspecto fundamental para revigorar setores da sociedade que ofereciam maior rentabilidade aos cofres da realeza. Estas medidas teriam corroborado para gerar maior centralismo político.

Os interesses franceses ultrapassavam os limites de um pequeno e frágil soberano. Na verdade, ao fomentar apoio à expansão marítima, impediu o avanço do comércio, via mar, dos ingleses, provocando zonas de ocupação francesa, que mais renderiam grandes ganhos à coroa francesa. O rei incentivou a prática e o aperfeiçoamento das artes e das letras, principalmente com o intuito de propagar a imagem de uma herança dinástica que descendia de Clóvis.

A escrita jurídica revelou homens que se tornaram protegidos de Filipe, o Belo, caso de Pierre Dubois, que escreveu *De recuperatione terrae sanctae*. Obras produzidas na época receberam o apoio direto do rei, criando um universo de intenso debate e exportador de opiniões políticas e jurídicas. A França deste período almejava construir uma "república cristã" (PASSOS, 1973, p. 56), espécie de tribunal universal que seria presidido pelo rei francês, em pessoa. A intenção era unir todas as monarquias europeias em torno da chefia do soberano francês. Jacques de Viterbo, por exemplo, a mando de Filipe, o Belo, escreveu o *De regimine christiano*, propondo uma análise do poder civil, fazendo um estudo especulativo sobre as possibilidades de intervenção do rei francês em questões até então da esfera clerical (PACAUL, 1969, p. 318). A discussão abrangeria as principais questões relativas à secularização dos bens da Igreja, o que permitiria, em casos extremos, ao soberano, fazer uso das riquezas da Igreja.

Referências

- BARBEY, Jean. **Être roi: le roi et son gouvernement en France de Clovis à Louis XVI**. Paris: Fayard, 1992.
- BATISTA NETO, Jônatas. **História da Baixa Idade Média (1066-1453)**. São Paulo: Ática, 1989.
- BERTOLLONI, Francisco. “La crisis de la monarquía papal mediante un modelo causal ascendente: Juan de París, De Regia Potestate et Papali”. **Revista Veritas**. Porto Alegre: v. 51. n. 3. Setembro de 2006.
- BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1998.
- BURNS, James Henderson. **Histoire de la pensée politique Médiévale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- CHAUNNU, Pierre. **Expansão europeia do século XIII ao XV**. São Paulo: Pioneira: 1978.
- DEL ROYO, José Luiz. **As relações na história: Igreja medieval; a Cristandade latina**. São Paulo: Ática, 1997.
- DUBY, Georges. **Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos**. São Paulo: fundação da UNESP, 1998.
- DUBY, Georges. **Damas do século XII: a lembrança das ancestrais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DUBY, Georges. **Economia rural e vida no campo no Ocidente Medieval**. Vol. II. Lisboa: Edições 70, 1962.
- DUBY, Gorges. **A Idade Média na França: de Hugo Capeto a Joana D'Arc**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.
- HEERS, Jacques. **O Ocidente nos séculos XIV e XV: aspectos econômicos e sociais**. Tradução de Anne Arnichand da Silva. São Paulo: Pioneira; Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.
- KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei: Um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- LECLERCQ, Dom Jean. **Jean de Paris: l'ecclésiologie du XIIIe siècle**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1942.
- LEMERLE, Paul. **História de Bizâncio**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- OLDENBOURG, Zoé. **As cruzadas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- PACAUT, Marcel. **Les structures politiques de l'occident Medieval**. Paris: Librairie Armand Colin, 1969.

PASSOS, José Afonso de Moraes Bueno. **Bonifácio VIII e Felipe IV de França**. São Paulo. Tese de Doutorado em História Social, USP, 1973.

QUIDORT, Johannes. **Sobre o poder régio e papal**. Tradução e introdução de Luis A. de Boni - Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

SOUZA, José Antônio C. R. de & BARBOSA, João Moraes. **O reino de deus e o reino dos homens**: as relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Recebido em: 09 de agosto de 2017.

Aprovado em: 20 de novembro de 2017.